



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679925 - RJ (2021/0218409-6)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FELIPE DE SA TEIXEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE DE SÁ TEIXEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0001499-16.2020.8.19.0001).

O paciente foi condenado às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 15 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 16 da Lei n. 10.826/2003 (fls. 83-97).

A impetrante sustenta a nulidade da condenação do paciente, ao argumento de que o Ministério Público teria se recusado, injustificadamente, a oferecer a proposta de não persecução penal, prevista no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

Defende que o paciente preenche os requisitos para a concessão da benesse e que "o fato de (...) não ter confessado o delito no curso do inquérito policial e em sede judicial não deve obstar a firmação de eventual acordo" (fl. 7).

Pondera, ainda, que "o fato do paciente ostentar anotações criminais sem trânsito em julgado não pode servir para retirar-lhe o direito ao acordo de não persecução penal, tendo em vista que não são consideradas reincidência, tampouco maus antecedentes (...)" (fl. 8).

Subsidiariamente, pretende a revisão da dosimetria do paciente, porquanto teria havido afronta aos arts. 59 e 68 do Código Penal, devendo a pena-base ser fixada no mínimo legal.

Alega, ademais, que são plenamente favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, uma vez que inidôneas as fundamentações apontadas para majoração da sanção básica, razão pela qual deve ser fixado o regime inicial aberto, bem

como substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer:

- b) seja deferida a liminar para que seja anulado todo o processo, desde o recebimento da denúncia, eis que o Ministério Público não se manifestou sobre o cabimento de proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), rejeitando-se a exordial face a ausência de interesse processual relativo à utilidade da prestação jurisdicional, sendo o Paciente colocado imediatamente em liberdade;
- c) subsidiariamente, caso mantida a condenação, a concessão da ordem para que:
 - c.1) seja reduzida a pena-base ao seu patamar mínimo legal;
 - c.2) seja fixado o regime aberto;
 - c.3) seja substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente